

**SÚMULA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA CATHIS-CAU/SC**

DATA	29/08/2019	HORÁRIO	09:00 às 18:10
LOCAL	Sede do CAU/SC		

ASSESSORIA	Antonio Couto Nunes Fernando Volkmer Élton Kutas - Estagiário
-------------------	---

Verificação de Quórum

Membros presentes		Horário chegada	Horário saída
Claudia Poletto	Coordenadora	8:20	18:10
Franciele Dal Prá	Suplente	8:40	18:10
Daniel Rodrigues da Silva	Suplente	9:00	18:10

CONVIDADOS**Ausências justificadas**

Conselheiro	Rosana Silveira
Justificativa	Motivo Profissional

Ausências não justificadas

Conselheiros	Não houve
---------------------	-----------

Leitura e aprovação da Súmula da 07ª Reunião Ordinária

Encaminhamento	Súmula da 7ª Reunião ordinária aprovada e encaminhada para publicação
-----------------------	---

Comunicação

Responsável	Antonio Couto Nunes
Comunicado	Conferência de Habitação do Município de Florianópolis Relatou para os conselheiros presentes sobre sua participação no evento. Esteve presente na abertura da Conferência e na reunião setorial do centro.

Responsável	Conselheira Claudia Poletto
Comunicado	Participação no evento BR Cidades Relatou sobre sua participação e os assuntos tratados no evento BR Cidades em São Paulo.



Responsável	Conselheira Claudia Poletto
Comunicado	Participação em reunião com Prefeitura de Blumenau Relatou sobre sua participação e os assuntos tratados na reunião ocorrida em 15/08 na Reunião com o Secretário de Desenvolvimento Social de Blumenau.

Extra pauta

Responsável	Assessoria Especial
Comunicado	Convite do IBDU para curso de capacitação sobre Direito Urbanístico.

Responsável	Assessoria Especial
Comunicado	Convite do CAU/PI para participação no "I Fórum de ATHIS"

Responsável	Assessoria Especial
Comunicado	Representante do CAU/SC para Guaramirim

Responsável	Assessoria Especial
Comunicado	Monitoramento atividades pós-oficina em Chapecó

ORDEM DO DIA

1	Planejamento 2020: avaliação das ações realizadas
Fonte	CATHIS
Relator	Antonio Couto Nunes
Encaminhamento	<p>Apresentou os resultados dos projetos e ações realizadas pela comissão, comentando sobre a verba a ser disponibilizada. Dentre as ações previstas no PEI-ATHIS, identificou-se a prioridade para 2020 na seguintes ações:</p> <p>Ação A1 - <i>Elaborar de modo autônomo ou em parceria com outras instituições a caracterização do Sistema de Habitação (Fundos e Conselhos) dos municípios catarinenses e a identificação das suas fragilidades na perspectiva da implementação da ATHIS – Pesquisa –</i> Buscar parceria com o CREA-SC, FECAM e Governo do Estado.</p> <p>Ação A2 foi unificada com a Ação B2 e já foi realizada em 2019, trata-se do Curso de Capacitação em ATHIS do CAU/SC. Uma vez que o conteúdo já está pronto, a Comissão pensa em realizar pelo menos 3 edições da oficina em 2020, avaliando a possibilidade de realizar parcerias para viabilizar mais edições. A Ação A3 foi identificada como prioritária também. Sua ementa sugere a <i>Realização de uma campanha de sensibilização sobre o papel da arquitetura, a necessidade do profissional arquiteto urbanista para atuar com a problemática urbana e habitacional e as oportunidades trazidas pela ATHIS, tendo por base o resultado da Pesquisa (Ação 1).</i> Como uma parte desta ação prescinde da Ação A1 (que deve ser realizada em 2020), sugere-se iniciar com a</p>



meta 3.1, desenvolvimento de um prêmio “Boas Práticas em ATHIS” bem como a realização de um livro sobre o histórico das práticas em ATHIS de Santa Catarina. Diferentemente da sugestão de um anuário, propõe-se um resgate da produção de assistência técnica em SC ao longo da história, como forma de produzir um documento de referência para pesquisas futuras. A partir de 2021, com este histórico já realizado e a pesquisa da Ação A1, deve ser iniciada a realização do anuário de práticas em ATHIS. As Ações A6 e a B4 - Patrocínio Institucional - também foram unificadas em 2019, e devem ser realizadas, desta vez, já no início do ano de 2020, com base no edital já realizado. Propõe-se ainda que a ação B1 – tabela de honorários para ATHIS - deva ser debatida com as entidades de arquitetura e urbanismo e a ação D1 – residência em ATHIS modelo UFBA – depende das ações em parceria com as universidades. Por fim, considerando as limitações orçamentárias, a comissão acredita que as demais ações deverão ser secundárias, ou alavancadas em conjunto com outros parceiros. Neste sentido, estes são os projetos a serem realizados:

- 1) Curso de Capacitação em ATHIS - realizar 3 edições em 2020 - depende da Escola do Legislativo (Programa Qualifica) ou de o CAU bancar sozinho cada realização;
- 2) Prêmio boas práticas em ATHIS;
- 3) Livro Experiências em ATHIS de SC;
- 4) Edital de Patrocínio em ATHIS;
- 5) Pesquisa sobre o estado da política de habitação em SC;

2 **Monitoramento contrato Capacitação em ATHIS**

Fonte**Relator**

Assessoria

Encaminhamento

A comissão considera que as etapas até a data desta reunião foram cumpridas pela empresa ICPP, com ressalva ao material didático que em função das dificuldades informadas por meio de dois Ofícios, um enviado em 25/07/2019, e outro ofício de 26/08/2019, informando do falecimento do coordenador da equipe e da necessidade de adiamento da entrega do material gráfico, ficou pendente.
Deliberação #21/2019

3 **Planejamento Evento paralelo e Oficina ATHIS setembro**

Fonte

CATHIS

Relator

CATHIS

Encaminhamento

A comissão acordou que deveriam ser convidados para palestrar no evento, na mesa de abertura, o sr. André Ruas, Simone Cynamon - FIOCRUZ (RJ) e Tiago Holzmann da Silva (CAU/RS).

A programação foi alterada em relação ao curso de Chapecó, ficando como no Anexo 1 desta Súmula.

A comissão delibera pela participação dos três membros da CATHIS.
Deliberação #22/2019

Convidar especificamente:

Secretaria de Estado de Habitação – Cintia
Ministério Público Federal – Arq Roberta



Defensoria Pública de Santa Catarina
Colegiado de Habitação da FECAM
Superintendência de Habitação da PMF – Kelly Vieira
Conselho de Habitação PMF - Paulina

Ofício de convite:
MP/CDH - Procurador Douglas – Mesa de Abertura
MP/CME - Procuradora Luciana – Mesa de Abertura

4	Participação da comissão no XXI Congresso Brasileiro de Arquitetura – CBA
Fonte	Assessoria Especial
Relator	Assessoria
Encaminhamento	Definiu-se e foi deliberado a manifestação de participação dos 3 membros da Comissão, sendo, com recusa do titular, direcionado convite ao suplente. Deliberação #20/2019
5	Elaboração documento <i>Amicus Curiae</i>
Fonte	Assessoria
Relator	Assessoria
Encaminhamento	Material está sendo aprimorado em termos de edição e conteúdo pelo estagiário Éliton, com revisão do assessor Antonio. Foi apresentado aos conselheiros o estágio do documento e foram indicadas novas observações no material. O documento seguirá em desenvolvimento até que tenha um resultado satisfatório para ingresso nos processos devidos.
6	Encaminhamentos da Câmara Temática de Habitação e Direito à Cidade
Fonte	CATHIS
Relator	Secretaria
Encaminhamento	Foram apresentados os itens debatidos na reunião, em especial, o retorno em relação à reunião realizada com o MPSC, o grupo discutiu e chegou à conclusão de que precisamos colaborar para que os promotores sejam orientados a exigir os planos habitacionais dos municípios. Também levantaram possibilidades na prática: ser necessário levar estas pessoas do meio jurídico para conhecerem a realidade em campo. Como encaminhamento, ficou proposto que se revise o primeiro documento criado pela CT-Hab para ser tratado também com o Centro de Apoio ao Meio Ambiente – CME. Segundo item da pauta: Apresentação de pesquisa sobre a relação entre saúde e habitação por parte de André Ruas. Apresenta os “parâmetros para formulação de arranjo institucional com o governo de Santa Catarina: ATHIS, saúde pública e saneamento”. Presidente Daniela informou, na reunião da CT-Hab, que esta demanda surgiu quando se sentiu a



necessidade de se ter argumentos e dados sobre habitação para os debates promovidos pelo CAU/SC.

Para a próxima reunião, propõe-se a apresentação do arquiteto Jordi de sua experiência no Governo do Equador com Habitação de Interesse Social. A próxima reunião ainda não foi marcada.

7	Conferência de Habitação do Município de Florianópolis
Fonte	
Relator	Antonio Couto Nunes
Encaminhamento	O CAUSC fez uma série de considerações enviadas pelo site para a conferência de habitação, as quais serão consideradas e avaliadas na plenária final. Seguem no anexo 2 as considerações mencionadas.
8	Convite do IBDU para curso de capacitação sobre Direito Urbanístico
Fonte	Assessoria Especial
Relator	
Encaminhamento	A Conselheira Franciele Dal Prá informou que tem disponibilidade de participar de parte do evento, no dia 30/08/2019. O estagiário Éliton manifestou interesse em participar também.
9	Convite do CAU/PI para participação no "I Fórum de ATHIS"
Fonte	Assessoria Especial
Relator	Antonio Couto Nunes
Encaminhamento	Foi realizado um convite pelo CAU/PI para participação como palestrante no "I Fórum de ATHIS", que será realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 2019 (quinta e sexta-feira), em Teresina. A Comissão delibera por solicitar a participação da Conselheira Claudia Poletto apresentando as ações do CAU/SC no âmbito da ATHIS no evento. Deliberação #23/2019.
10	Representante do CAU/SC para Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – CMHISG
Fonte	Assessoria Especial
Relator	Antonio Couto Nunes
Encaminhamento	A prefeitura de Guaramirim solicitou a indicação de um representante e um suplente para o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim – CMHISG Após análise de currículo dos arquitetos que se cadastraram na Plataforma de Representantes, a CATHIS indicou como titular o arquiteto Leonardo Silva Rodrigues e como suplente, a arquiteta Amanda Weber. Deliberação #25/2019
11	Monitoramento atividades pós-oficina em Chapecó
Fonte	Assessoria Especial



Relator	Antonio Couto Nunes
Encaminhamento	Como forma de dar um encaminhamento às ações iniciadas na capacitação em ATHIS realizada em Chapecó no mês de agosto, e considerando o Termo de Cooperação Técnica realizado com a Prefeitura de Chapecó, sugere-se o envio de representantes do CAU/SC para Chapecó em data posterior à oficina de Florianópolis, para orientar as equipes que seguiram trabalhando no local, com a comunidade 25 de julho. Deliberação #24/2019

Claudia Elisa Poletto
Coordenadora

Franciele Dal Prá
Membro suplente

Daniel Rodrigues da Silva
Membro suplente

Fernando Volkmer
Assistente Administrativo

Antonio Couto Nunes
Assessor

**Anexo 1****CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ATHIS DO CAU/SC****FLORIANÓPOLIS/SC – 17 A 20 DE SETEMBRO DE 2019**

LOCAL: GRANFPOLIS

Em consonância com o Plano Estratégico de Implementação em ATHIS (Assistência técnica em Habitação de Interesse Social) do CAU/SC, e em resposta aos anseios dos profissionais, agentes públicos e comunidades com os quais a Comissão Especial de ATHIS do CAU/SC conversou neste último ano, estamos propondo um curso de Capacitação para ATHIS. O objetivo do curso é capacitar arquitetos, urbanistas, profissionais de órgãos públicos e agentes comunitários a desenvolver projetos em ATHIS com metodologia participativa e através de ações concretas em comunidades dos municípios de Santa Catarina. A segunda edição será realizada em Florianópolis, conforme programação (PRELIMINAR) abaixo:

Programação:

17/09/2019**Módulo 1 – Abertura do curso e Introdução à Política Urbana e à Lei 11.888/08****Local: Auditório (90 pessoas) – atividade aberta ao público**

Horário	Atividade	Detalhamento
8:00 – 8:30	Recepção e Credenciamento	
8:30 – 10:00	Introdução aos conceitos	- Introdução às políticas urbanas, direito à cidade, à moradia e à assistência técnica - Contextualização: panorama da produção habitacional brasileira e sua importância econômica. As boas práticas em assistência técnica;
10:00 – 10:15	Intervalo para Café	
10:15 – 12:00	Legislação nacional, planos de habitação e o PEI-ATHIS	- A constituição Federal, o Estatuto da Cidade e a Lei de ATHIS (11.888/08) - O Plano Estratégico de Implementação de ATHIS do CAU/SC;

Seminário de abertura – A política pública de Habitação**Local: Auditório (90 pessoas) – atividade aberta ao público**

Horário	Atividade	Detalhamento
13:30 – 14:00	Recepção e Credenciamento	
14:00 – 14:30	Mesa de abertura	Participação da Presidente do CAU/SC, Coordenação da comissão de ATHIS,



		Representantes do Poder Público e da GRANFPOLIS
14:30 – 15:45	Mesa de debates – A relação da Habitação Social com a Saúde Pública	Convidados: Simone Cynamon Cohen - FIOCRUZ (RJ), Tiago Holzmann da Silva (CAU/RS). Mediadora: Claudia Pires
15:45 – 16:00	Intervalo para café	
16:00 – 17:00	Debate	Momento de troca com o público

18/09/2019**Módulo 2 – Trabalho Técnico Social e ATHIS****Local: Sala dos Colegiados (45 pessoas) – atividade restrita aos participantes do curso**

Horário	Atividade	Detalhamento
8:30 – 10:00	Trabalho Técnico Social	- Política Nacional de Assistência Social - Abordagem Individual e coletiva da ATHIS - Noções de interação com o morador - Formas de abordagem do tema e mobilização em campo - Reuniões comunitárias e audiências públicas
10:00 – 10:15	Interrupção para café	
10:15 – 12:00	Trabalho Técnico Social	- Instrumentos de Controle e indicadores de monitoramento - Eixos do trabalho social - Demanda individual e coletiva em atendimentos de ATHIS - ATHIS e o planejamento advocacional - Debate e mediação
12:00 – 12:30	Preparação Visita Técnica	- Definição das equipes de trabalho/ orientação a todos os grupos constituídos - Distribuição de material de campo

Módulo 3 – Visita Técnica Orientada**Local: comunidade (à definir) (45 pessoas) - atividade restrita aos participantes do curso**

Horário	Atividade	Detalhamento
13:30 – 17:00	Visita à Comunidade	- Deslocamento dos participantes de forma individual
17:00 – 17:30	Momento Descritor	- Encerramento da aula se dará às 17 horas para que os alunos se reúnam com os professores para discutir os casos, escolhidos em campo, e que serão objeto de intervenção pelos participantes do curso

**19/09/2019****Módulo 4 – Regularização Fundiária e ATHIS****Local: Sala dos Colegiados (45 pessoas) - atividade restrita aos participantes do curso**

Horário	Atividade	Detalhamento
8:30 – 10:00	REURB e ATHIS	- Tipologias das irregularidades fundiárias - A lei de regularização fundiária atualmente em vigor: Lei Federal nº 13.465/17 - Interface entre Regularização Fundiária e ATHIS: modo de fazer REURB e ATHIS.
10:00 – 10:15	Interrupção para café	
10:15 – 12:00	REURB e ATHIS	- ATHIS e a sua segurança jurídica: inovações na lei de ATHIS (Habite-se administrativo e os limites da lei) - Problemas urbanísticos e construtivos encontrados: estudo de caso do campo

Módulo 5 – ATHIS: Como fazer?**Local: Sala dos Colegiados (45 pessoas) - atividade restrita aos participantes do curso**

Horário	Atividade	Detalhamento
13:30 – 15:30	ATHIS na prática: laudo, sistemas construtivos e tecnologias aplicadas para ATHIS	- Assistência Técnica e PMRR - Plano Municipal de Redução de Risco - Elaboração de laudo técnico de preexistência, elaboração de laudo socioeconômico - ATHIS e projetos de reforma e ampliação: Os principais sistemas construtivos utilizados em HIS e as possibilidades em inovação - Ferramentas e Tecnologias propícias para projetos de ATHIS
15:30 – 15:50	Intervalo Café	
15:50 – 17:00	ATHIS na prática: Participação popular e a perenidade das ações	- Redução da insalubridade das Habitações - Experiência dos pontos de atendimento em ATHIS para monitoramento de RF, risco e regulação urbanística - Perenidade na ATHIS: atuação da ATHIS nos programas de longo prazo - ATHIS e a Participação popular
17:00 – 17:30	<i>Momento Descritor (atividade na Sala dos Consórcios)</i>	- Encerramento da aula se dará às 17 horas para a discussão, em regime de ateliê, das soluções propostas pelos grupos. - Discussão dos projetos propostos a partir dos dados coletados em campo, com soluções preliminares para discussão coletiva.

**20/09/2019****Módulo 6 – ATHIS e a Prática Profissional****Local: Sala dos Colegiados (45 pessoas) - atividade restrita aos participantes do curso**

Horário	Atividade	Detalhamento
8:30 – 10:00	Sobre a construção, contratos, honorários e formas de financiamento	- O orçamento da ATHIS e a tabela de honorários - O custo e o impacto das tecnologias em projetos de ATHIS - BIM/ modelagem X sistema construtivos - 2 escalas - individual e a coletiva - Métodos de financiamento: subsídio público, soluções privadas e outras alternativas - FGTS/ Linhas créditos/ FAT / Cartão Reforma/ Construcard/ Microcrédito Orientado
10:00 – 10:15	Interrupção para café	
10:15 – 12:00	Normativas e responsabilidades do profissional	- Contratação, responsabilidade técnica, responsabilidade civil e segurança jurídica dos profissionais envolvidos em intervenções de ATHIS - Código Defesa do Consumidor e Responsabilidade Civil - NBR 12.721/2006, NBR 15.575/ 2013 - Contratos, convênios, relações trabalhistas e arranjos possíveis para ATHIS - Orientação para preservar o profissional

Módulo 7 – Apresentação de resultados**Local: Sala dos Consórcios (45 pessoas) - atividade restrita aos participantes do curso**

Horário	Atividade	Detalhamento
13:30 – 15:30	<i>Workshop</i> de avaliação	- Discussão das soluções adotadas - Devolutiva dos professores e revisão das propostas
15:30 – 15:50	Intervalo Café	
15:50 – 17:00	Apresentação das propostas*	- Apresentação das soluções finais (com presença dos representantes dos movimentos sociais e da comunidade visitada) - Resultados devem contemplar a viabilidade financeira das obras a serem realizadas
17:00 – 17:30	Encerramento	- Avaliação final dos participantes, feedback do curso e coleta de propostas para exercícios futuros

**Dependendo da organização da oficina, é possível que façamos uma apresentação para a comunidade ao final do curso, seja na sexta-feira à tarde, ou no sábado.*

**Anexo 2****PROPOSTAS DO CAU-SC PARA A I CONFERÊNCIA DE HABITAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS**

PROBLEMA	SUGESTÃO	JUSTIFICATIVA
<p>A qualificação de um espaço urbano, expressa muitas vezes em melhorias infraestruturais e regularização fundiária, acaba excluindo muitas vezes a população de baixa renda residente devido ao aumento do valor da terra. Este processo de expulsão é denominado gentrificação. Exemplo: após obras de infraestrutura e regularização fundiária no Maciço do Morro da Cruz, o preço da terra pode aumentar e muitas famílias acabarão por vender suas casas, e vão morar em áreas mais distantes, retornando a configurar no índice de precariedade habitacional, bem como contribuindo com os problemas de mobilidade urbana do município e com limitação de acesso a serviços como saúde e educação.</p>	<p>Além de aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade, que já preveem algumas destas ações, deve-se inserir novas soluções, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">- Garantir porcentagem de áreas de Interesse Social em áreas infraestruturadas;- Possibilitar uma alternativa para permanência semelhante ao auxílio aluguel, dentro das possibilidades, uma espécie de "auxílio permanência" para evitar a mudança do perfil das famílias e a especulação imobiliária em áreas infraestruturadas que passaram por processo de regularização fundiária e edificação;- Criar critérios para que as famílias que já receberam um projeto da prefeitura possam permanecer nas áreas onde estavam originalmente;- Prever que novas construções habitacionais na cidade formal possam garantir 15 a 30 % de área para habitações de interesse social, mediante incentivos construtivos a serem previstos no Plano Diretor;	<p>Manter a população no local de origem é fundamental para assegurar o Direito à cidade juntamente com a moradia. Muitos problemas da infraestrutura e dinâmica urbana decorrem de uma desigualdade de acesso à serviços básicos. Como exemplo, podemos citar o próprio caso da problemática da mobilidade urbana de Florianópolis que resulta da incoerência entre a localização dos serviços e empregos com a moradia dos trabalhadores. Com esta distribuição socioespacial, cria-se um pêndulo de deslocamento diário de trabalhadores e estudantes, saturando o escoamento das vias da Ilha e afetando todo os moradores, de alta e baixa renda, assim como dos visitantes.</p> <p>Por isso, garantir a permanência das famílias de baixa renda nos locais com alta infraestrutura transcende o suporte individual dos residentes e impacta diretamente a dinâmica urbana de toda a cidade.</p>
<p>É sabido que a falta de informação e aproximação dos profissionais com a realidade das comunidades do município de Florianópolis limita a possibilidade de ações efetivas no que tange ações para melhoria das condições de moradia no município. Além disso, apesar de terem interesse em trabalhar com demandas de habitação social, muitos profissionais interessados não conhecem métodos para trabalhar com este público e</p>	<p>Criação de um Programa de Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia nas universidades, sobretudo as públicas. A partir da referência do Sistema Único de Saúde, sugere-se que os arquitetos, urbanistas e engenheiros civis recém-formados, bem como outros profissionais primordiais neste processo atuem com Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social sendo subsidiados pelo Poder Público. Sua</p>	<p>Somente em Santa Catarina centenas de arquitetos e urbanista se formam anualmente, por outro lado, segundo dados levantados pelo próprio CAU, mais de 85% da população não têm acesso aos serviços prestados por estes profissionais. Este dado se estrutura no desconhecimento de muitos profissionais sobre a atuação com comunidade de baixa renda. A proposta de Residência em Arquitetura</p>



<p>carecem de uma formação e sensibilização, tanto no meio acadêmico como na vida profissional.</p>	<p>atuação auxiliar o corpo técnico do município e, desta forma, a oferta de serviços destes profissionais contribuiria para a redução do déficit habitacional. Esta proposta vai ao encontro de outras experiências já realizadas no Brasil, como o caso da UFBA e da USP. Esta residência seria fruto de um convênio entre o Poder Público (Prefeitura Municipal de Florianópolis principalmente) e as universidades, os recursos podem vir do fundo de habitação, bem como através de ações advindas de TACs (termos de ajuste de conduta – sugestão de outra proposta do CAU/SC)</p>	<p>está prevista na Lei Federal 11.888/08 – Lei da ATHIS, aos moldes do Sistema Único de Saúde, espera-se que iniciativas como um programa de Residência possa, além de formar profissionais capacitados, contribuir para redução da crescente demanda pela melhoria edilícia da moradia. O modelo do SUS se mostra pertinente também quando elencamos a condição de saúde das famílias de baixa renda, muitas vezes ocorrem devido à falta de condições sanitárias na habitação, tais como ambientes sem janela, com úmida, pé-direito reduzido gerando frio e calor na edificação, entre outras situações das habitações que interferem diretamente na saúde das famílias.</p>
<p>Duas problemáticas correlatas possuem ligação com a questão da moradia. Primeiro tem-se um cenário onde muitas famílias querem e precisam fazer reformas e manutenções para tornar sua habitação mais digna, porém não possuem recursos para aquisição de materiais e por isso se submetem a continuar vivendo em moradia precárias. Outro ponto que merece destaque é que o excesso de materiais e desperdícios em construções e reformas aumenta o descarte de resíduos e onera tanto o sistema público de coleta, como os próprios geradores.</p>	<p>Sugere-se que a Prefeitura Municipal de Florianópolis desenvolva um sistema de reaproveitamento de materiais excedentes de obras públicas e privadas. Para tanto, é necessário disponibilizar locais para estocagem e armazenamento dos materiais arrecadados, bem como dispor de transportes para coleta e redistribuição. Poderia ser realizada uma parceria com a COMCAP, uma vez que já possui pontos de coleta espalhados pelo município. Para viabilizar financeiramente o processo, exemplifica-se que hoje, em muitas obras de reforma, os entes privados contratam caçambas e destinam os materiais para o lixo. Se ao invés de um lixo comum, este insumo (desde que possível de reaproveitamento) possa ser reutilizado por famílias de baixa renda, otimizaria recursos e reforçaria a economia circular, reduziria a pegada ecológica da</p>	<p>O excesso de resíduos sólidos provindos da construção civil que oneram o sistema público e muitas vezes degradam o território. Com a reutilização de recursos reutilizados de descartes da construção civil, as famílias, que hoje acabam realizando obras por conta própria, poderão focar no investimento em outras ações, que podem ter um efeito mais significativo para suas residências. Além de reduzir a geração de resíduos, contribuiria com as iniciativas de melhoria das condições de moradia das famílias de baixa renda. Esta proposta pode estar vinculada a um programa de ATHIS e parcerias público privada para garantir a efetividade da ação.</p>



	<p>construção civil e permitiria uma redução do custo de investimento das famílias para promoção de melhorias habitacionais. Modelo semelhante está sendo implantado pela CODHAB em Brasília – Companhia de Habitação do Distrito Federal.</p> <p>Esta iniciativa se atrelaria à um levantamento de demandas que poderia ser feito através de aplicativos digitais. Desta forma, busca-se a democratização da informação e do acesso à estes recursos. Teriam acesso a este Banco de dados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Todas as famílias de baixa renda que pretendam realizar uma melhoria na sua habitação;- Todos os profissionais que estiverem prestando Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.- Empresas que podem realizar doação de lotes que não podem ser comercializados devido à pequenas falhas, mas que atenderia a demanda de muitas moradias.- Seria necessário também, disponibilizar responsável técnico para orientar as famílias que solicitarem o recebimento dos materiais, dentro de um programa de ATHIS.	
<p>Os Termos de Ajuste de Conduta (TAC) que notificam ações irregulares na cidade geram recursos para fundos municipais. O Fundo de Recuperação de Bens Lesados, do Ministério Público, por exemplo (FRBL), geralmente recebe os recursos financeiros provenientes das multas aplicadas nos TACs, porém, este importante recurso acaba não sendo utilizado</p>	<p>Realizar tratativas com o Ministério Público para destinar uma parcela dos recursos provenientes das multas aplicadas nos TACs para o Fundo Municipal de Habitação.</p> <p>Desta forma, aumenta-se os investimentos em moradia no município e fomenta mais ações em ATHIS, promoção e manutenção de moradias. Estes recursos poderiam, além de financiar a</p>	<p>Garantir que os recursos dos TACs sejam utilizados plenamente para a promoção e efetivação de direitos fundamentais da população. Ao se deparar com a elevada demanda habitacional, diante do art. 6º da Constituição Brasileira, bem como a Lei 11.888/08, se mostra necessária a disponibilização de recursos para promoção e manutenção edilícia de</p>



<p>por completo, pois faltam projetos para utilização dos recursos existentes, apesar de possuir potencial na contribuição das demandas por moradias.</p>	<p>promoção direta de moradias, subsidiar Programas de Residência em Arquitetura e Urbanismo, bem como subsidiar profissionais que atuam nos escritórios de arquitetura, urbanismo e engenharia públicos para habitação de interesse social.</p>	<p>habitação de interesse social.</p>
<p>A carência de áreas para habitação de interesse social é um fato. A COHAB possui terrenos que poderiam ser utilizados para isso, com a liquidação da COHAB essas áreas foram pro estado e podem ser vendidas. Temos ainda a questão da regularização das áreas da COHAB (maior parte do que foi edificado não possui regularização);</p>	<p>Realizar um convênio/parceria com o governo do Estado para garantir uma parcela dos terrenos da COHAB para habitação em Florianópolis.</p>	<p>Para que os terrenos da COHAB sejam utilizados para habitação de interesse social.</p>